

CASAS E ESPAÇOS HABITACIONAIS NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES: O QUE SABEMOS E O QUE GOSTARÍAMOS DE SABER SOBRE A CASA NO PERÍODO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL*

MANUEL SÍLVIO ALVES CONDE**

INTRODUÇÃO

Neste colóquio comemorativo do nascimento do primeiro rei português, em que se procura apresentar uma panorâmica sobre “A vida material no tempo de D. Afonso Henriques”, a abordagem das questões relativas às casas e aos espaços habitacionais não podia obviamente deixar de ser considerada.

Na verdade, a habitação é um dos elementos mais valiosos no estudo histórico dos povos¹. Os homens, tal como os outros animais, sempre sentiram a necessidade de abrigar-se das inclemências e as agressões da natureza. Desde os tempos mais remotos, buscaram nesta os espaços mais adequados à sua protecção, adaptando-se a eles e adaptando-os às suas necessidades vivenciais. Distinguiram-se, depois, pela capacidade de produzir os seus espaços habitacionais, recorrendo a materiais recolhidos na natureza e a técnicas e instrumentos por si concebidos. Criação humana, a casa iria revelar-se essencial no esforço de domínio da natureza pelos homens. Espaço de abrigo, cenário de vida quoti-

* Trabalho elaborado no âmbito do projecto DOMUSIberOMA, financiado pela Direcção Regional da Ciência e Tecnologia dos Açores.

** Universidade dos Açores/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso; Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa; CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

¹ LEROI-GOURHAN, 1984: 185.

diana e de reprodução biológica da espécie, foi-se transformando. Mantendo-se como estrutura básica do quotidiano, tornou-se muitas vezes mais complexa e assumiu novas dimensões materiais e imateriais. Proporcionou segurança e bem-estar, acolheu actividades produtivas, armazenou alimentos e bens acumulados, congregou grupos humanos e projectou-os no devir (casa/família, casa/linhagem), serviu de elemento de diferenciação social e cultural. Por isso, a casa, urbana ou rural, comum ou de prestígio, revela profundamente a sociedade que a produziu e a utilizou.

Não se pretende, com esta comunicação, elaborar uma síntese da temática habitacional em tempos afonsinos. Tal síntese seria da maior utilidade. É, porém, de todo prematura, por serem tão modestos os dados historiográficos e arqueológicos relativos ao tema. Procuramos aqui, basicamente, apresentar de forma sucinta *o que sabemos e o que gostaríamos de saber sobre a casa no período da formação de Portugal*: propor algumas reflexões sobre a casa e os espaços habitacionais, contextualizar os dados disponíveis, confrontá-los com o que se conhece relativamente a outras regiões do Ocidente Europeu e da Bacia Mediterrânica – sobretudo as do *Andalus* e do Noroeste peninsular – e sublinhar a complexidade das situações que o tema envolve.

A habitação é aqui considerada em todas as suas manifestações: casa rural e casa urbana, habitação comum e moradia de prestígio.

O quadro espaço-temporal da nossa apreciação é, num alongado século XII, o do rectângulo da costa atlântica da Península Ibérica, entre os rios Minho e Guadiana, que ganharia o nome de Portugal. Um espaço cindido, à partida, em duas unidades territoriais não apenas bem diferenciadas, como antagónicas: um Portugal cristão de 35 000 km², que, de condado a reino, se desprende da monarquia leonesa e procura dilatar-se, a sul, pela “reconquista”, enquanto revigora os seus laços à Cristandade romana; um *Gharb-al-Andalus* islâmico, ora fragmentado pela *fitna*, ora submetido ao jugo de impérios africanos. Um tempo marcado pela plena assunção do antagonismo entre duas formações sociais distintas: a cristã, rural, feudal e senhorial; a muçulmana, urbana, mercantil e tributária. Tempo de belicismos alimentados por simétricos espíritos de cruzada e de *jihad*, a força das armas impondo entre a *terra christiana* e a *dar al-Islam* delimitações tão vincadas quanto instáveis das *extremadura/s* e das *tagr/s*. Tempo de que restou, por fim, uma nova unidade territorial, um Portugal de 89 000 km², marcado pela profunda diversidade espacial e pelo papel agregador da monarquia guerreira.

Os espaços habitacionais do tempo de D. Afonso Henriques desapareceram de todo e não resta deles qualquer imagem coeva. Assim, o conhecimento que podemos construir sobre a casa do século XII alimenta-se exclusivamente da documentação coeva, escrita, e dos dados carreados pela arqueologia.

As fontes escritas que se conhecem para o *Gharb-al-Andalus* são muito escassas e quase nada revelam no que respeita às casas. Por isso, até há poucas décadas atrás, quase nada se sabia sobre os espaços habitacionais do Sul islâmico. No panorama de então, avultava o singular trabalho de Garcia Domingues (de 1947), sobre o *Xarajibe*, o “palácio dos balcões” de Silves². A publicação do *Portugal na Espanha árabe*, por Borges Coelho (em 1972-1975)³, revelou entre nós um conjunto de textos geográficos, cronísticos, literários e filosóficos até então quase desconhecidos, suscitando a atenção das novas gerações para o passado islâmico do País. Nada nos trazia sobre a casa urbana ou rural do Sul islâmico. Mas esteve, sem dúvida, por detrás do interesse a partir de então manifestado pela arqueologia islâmica. O tardio arranque da arqueologia medieval portuguesa afirma-se nesta área, através de José Luís de Matos, em Vilamoura⁴, e, sobretudo, de Cláudio Torres, fundador do Campo Arqueológico de Mértola. As escavações arqueológicas realizadas em Mértola⁵, depois em Silves⁶ e em Faro⁷, e as pesquisas em diversos espaços rurais do Algarve e do Vale do Guadiana⁸ revelaram-se preciosas para o conhecimento actual acerca dos espaços habitacionais do Sul islâmico⁹.

Bem distinto é o panorama das fontes que permitem o estudo dos espaços habitacionais do Norte cristão. Chegou até nós um apreciável conjunto de diplomas, quase sempre produzidos pelos poderes condal e régio, ou oriundos dos *scriptoria* diocesanos e monásticos. A documentação avulsa, régia ou particular, foi, na sua maior parte, publicada nos séculos XIX e XX, nos *Portugalix Monumenta Historica*¹⁰, nos *Documentos medievais portugueses*¹¹ e nos *Documentos de D. Sancho I*¹².

² DOMINGUES, 1997: 153-165, baseado num poema («Saúda, por mim, Abú Bakr...») de Al-Muta‘mid (séc. XI) e na obra de Ibn Haqan, *Qala'id al-'iqyan* (séc. XII). Vejam-se as versões portuguesas do poema de António Borges Coelho (*Evocação de Silves*) (COELHO, 1972-75: 300-301), e de Adalberto Alves (ALVES, 1996: 84-85).

³ COELHO, 1972-1975.

⁴ MATOS, 1971: 201-214; —, 1972: 252-262.

⁵ TORRES, 1995: 104-119; TORRES & MACIAS, 1998; MACIAS, 1996; —, [s/d]:109-120.

⁶ GOMES, 1988; —, [s/d] :133-142.

⁷ GAMITO, 1991: 19-26.

⁸ BOONE, 1992: 51-64; —, 1993: 111-126; CATARINO, 1997-1998; GAMITO, [s/d]: 143-148; GOMES *et al.*, 2001: 200-201; ARRUDA *et al.*, 2003: 247-264; MELRO *et al.*, 2004: 62-81; TEICHNER & SCHIERL M.A., 2006: 123-139.

⁹ Sobre a casa rural do Gharb-al-Andalus, veja-se também BOISSELLIER, 1999: 80-85.

¹⁰ *Portugalix Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867[-1873]. Embora mais tardios, os textos das inquirições (série *Inquisitiones* dos PMH, Lisboa, 1888[-1977]) dão informes úteis para o estudo das casas.

¹¹ *Documentos medievais portugueses, Documentos régios*, ed. por Rui de Azevedo, vol. I, tomos I e II, Lisboa, 1958-1961; *Documentos particulares*, ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa, Lisboa, 1980.

¹² *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, ed. por Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, 1979.

Também tem sido editada muita da documentação eclesiástica¹³, incluindo importantes cartulários diocesanos, como o *Liber Fidei*, da Sé de Braga¹⁴, o *Livro do Cabido da Sé do Porto*¹⁵, e o *Livro Preto*, da Sé de Coimbra¹⁶. O problema que se coloca, como adiante veremos, é o da pobreza extrema destes textos, no que respeita à habitação, quer do ponto de vista descritivo, quer no da inserção paisagística. A história da arte e a arqueologia, desde o levantamento pioneiro de Carlos de Azevedo¹⁷ aos trabalhos de Mário Barroca¹⁸ e de José Custódio Vieira da Silva¹⁹, têm dado contributos muito relevantes para o estudo da arquitectura palaciana e dos espaços domésticos senhoriais. Mas, depois das estimulantes páginas escritas há mais de trinta anos por Ferreira de Almeida²⁰, a arqueologia medieval tarda em dar o seu imprescindível contributo para o conhecimento da habitação comum deste período²¹.

MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

A enunciação em termos genéricos dos materiais usados na construção das habitações do período afonsino nada tem de complexo. As opções assumidas neste domínio estavam então muito vinculadas às disponibilidades locais e, portanto, ao mapa geológico e florístico de cada região: por um lado, reciclavam-se materiais provenientes das construções derruídas ou desfuncionalizadas; por outro lado, extraíam-se da natureza, no local mais próximo, a pedra, a terra, a madeira e outros elementos vegetais.

Poderíamos explicar o procedimento por aproximação às soluções correntes na habitação vernacular pré-actual, estudada desde finais de Oitocentos, sobretudo por

¹³ Veja-se o recente guia *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia histórico*, dirigido por Bernardo Vasconcelos e Sousa (SOUSA, dir., 2005).

¹⁴ *Liber fidei sanctæ bracarensis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990.

¹⁵ *Livro do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*, ed. por João Grave, Porto, 1924.

¹⁶ *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, ed. por Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, 1999.

¹⁷ AZEVEDO, 1969.

¹⁸ BARROCA, 1989: 9-61: —, 1998: 7-103. A residência senhorial em castelos mereceu também a atenção deste autor; cf. BARROCA, 1994; —, 2003: 95-121.

¹⁹ SILVA, 2002.

²⁰ ALMEIDA, 1978: 51-78.

²¹ Entre as muito escassas excepções, assinala-se o trabalho de Marcos Osório (OSÓRIO, 2008: 13-21).

etnólogos, geógrafos e arquitectos²². A fazê-lo, teríamos de atender às transformações do mapa silvícola, ocorridas entre a época afonsina e a contemporaneidade, para considerar que, naquele tempo, era possível uma larguíssima utilização da madeira, que ainda não escasseava em regiões como o Entre Douro e Minho²³.

Mas é preferível, sempre que a possibilidade exista, fundamentar essa leitura nos textos coevos e, sobretudo, nos arquivos do solo, os dados arqueológicos. Um e outro caminho têm, porém, os seus escolhos e o risco de errar está sempre presente²⁴.

Atentemos, pois, nos textos, e observemos neles o rasto dos materiais e técnicas construtivos usados no Norte cristão durante a época afonsina.

Um diploma fala-nos de uma casa «*ex petra muricie fabricata*»²⁵. Neste exemplo, é seguro concluirmos que se trata de uma habitação com paredes de pedra. Mas é mais habitual que os textos refiram simplesmente a «*casa murea*»²⁶, expressão que, em nossa opinião, é algo obscura, não significando necessariamente parede de pedra, mas parede resistente, que proteja o interior²⁷. Fala-se aqui em «*casa ... teliata integra*»²⁸, ali em «*casa telliaza*»²⁹, acolá em «*cortes cum tegulis*»³⁰. Referem-se até alguns fornos telheiros³¹. A informação relativa à cobertura das casas

²² Cf., entre outros, PEIXOTO, 1995; VASCONCELOS, 1983: 151-344; BASTO & BARROS, *dir.*, 1943; KRÜGER, 1947; DIAS, 1951: 107-111; OLIVEIRA & GALHANO, 1992; AAVV, 1980; RIBEIRO, [1979]: 11-30, 31-51; RIBEIRO, 1995.

²³ ALMEIDA, 1978: 80-82.

²⁴ A abordagem dos fundos documentais deve ter presente o monopólio senhorial sobre a produção destas fontes e as estratégias de poder que estão associadas às mesmas. A intenção que presidiu à elaboração dos textos de que nos servimos foi basicamente a de sustentar a posse das terras, através da preservação de uma memória histórica dos títulos de propriedade. A lógica da produção desses textos reflecte-se, por conseguinte, numa selecção da informação registada. Cf. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999: 31; MARQUES: 2008: 36-37.

A usura dos tempos penaliza diferentemente os diversos materiais, sendo por isso muito ténues os traços deixados nos arquivos do solo pelos materiais mais perecíveis e pelas técnicas que lhe estão associadas. Cf. CATTEDDU, 2009: 12.

²⁵ Documento de Lugo, de 968, citado por GARCÍA ÁLVAREZ, 1967: 113 e 126.

²⁶ *Portugaliæ Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867[-1873] n.ºs 149, 364, 370, 530, 800; *Liber fidei sanctæ bracarenis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990, n.ºs 184 e 187.

²⁷ O termo *murus* reportava-se ao 'muro de uma cidade', por oposição a *paries* 'muro de uma casa, parede' (cf. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, voc. mur-). Isidoro de Sevilha, *Etimologias*, XV, 2, 17-18, considera-o derivado de *munitio* 'fortificação' ou de *munire* 'defender', afirmando que o mesmo era empregue abusivamente para designar todos os edifícios públicos da cidade, exemplificando com Virgílio, *Eneida*, 2, 234.

²⁸ *Portugaliæ Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 149.

²⁹ *Portugaliæ Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 370.

³⁰ Diploma de 1030, in *Tumbo viejo de Lugo*, fl. 55, n.º 11, citado por GARCÍA ÁLVAREZ, 1967: 125 e 127.

³¹ *Portugaliæ Monumenta Historica, Diplomata et chartæ*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 149; *Liber fidei sanctæ bracarenis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990, n.º 78, 184 e

prende-se sobretudo com o facto de estas estarem ou não cobertas («*casas coper-tas vel descobertas*») e as referências a edifícios telhados são escassas³². Partindo destes dados, García Alvarez, um profundo conhecedor da documentação deste período, concluiu que, nesta época, até as mais toscas e rudes casas galaico-portuguesas tinham paredes de pedra e cobertura de telha, por não encontrar rasto documental de casas com paredes de barro e cobertura de colmo³³. Ora, no dealbar do século XVI, as paredes de pedra e barro estavam bem presentes na habitação rural do Noroeste³⁴, ao lado das de *pedra seca* ou *insossa*³⁵, e os edifícios cobertos de colmo abundavam na mesma época no Minho³⁶, em Trás-os-Montes e na Beira Interior, como é visível nas panorâmicas dos aglomerados fronteiriços esquissadas por Duarte de Armas³⁷ (figuras 1 e 2).

O uso específico da pedra no alicerce das casas é mencionado em fontes literárias galaico-portuguesas: «*e tragam muitas pedras pera fazer fundamento*»³⁸.

Para além da sua aplicação na cobertura das casas, o uso do barro não deixou rasto na documentação coeva. Contudo, é verosímil o seu emprego nos alicerces, juntamente com a pedra, e também a sua aplicação em argamassas. Provável seria ainda o seu uso em soluções integradoras de diversos materiais, bem como o recurso às técnicas do adobe e da taipa, documentadas para o Minho e Trás-os-Montes nos primórdios de Quinhentos³⁹.

187; *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], 1054, 1472.

³² Como recentemente sublinhou Xaime Varela Sieira (VARELA SIEIRA, 2008: 122).

³³ GARCÍA ÁLVAREZ, 1967: 112-113.

³⁴ *Tombos da Ordem de Cristo, IV – Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa, 2008, p. 57, 121.

³⁵ *Tombos da Ordem de Cristo, IV – Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa, 2008, p. 52, 114, 115, 179, 182. Já as paredes de cantaria, ou de pedraria, aparecem limitadas à construção de prestígio; cf. *Tombos da Ordem de Cristo, IV – Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa, 2008, p. 11-12.

³⁶ *Tombos da Ordem de Cristo, IV – Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa, 2008, p. 12, 13, 15-17, 21, 25, 28, 30, 37, 39, 48, 50, 52, 57, 69, 74, 75, 81, 86, 88, 89, 91, 93, 100, 102, 106, 108, 110, 111, 113-115, 122, 134, 142, 143, 145, 147, 148, 150, 151, 154, 157, 162, 168, 170, 171, 173, 175, 177, 179, 182, 185, 188, 190, 192, 194, 201, 204, 208, 216, 227, 249, 255.

³⁷ Já das casas cobertas de leivas, ou torrões de terra, apresentadas nos textos leoneses sob a designação “*casa terrata*” (cf. SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1999: 123, 183), não há, na nossa documentação, o menor rasto.

³⁸ Cf. VARELA SIEIRA, 2008: 83.

³⁹ O numeramento de 1527 alude às «casas de taipa ... fortes com muro e torre» em Cabeceiras de Basto, onde vivia António Pereira, o senhor da terra; cf. *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532, Comarca de Entre Douro e Minho*, ed. por João José Alves Dias, Cascais, 1999, p. 72. Quanto à casa de pedra e barro, está documentada para o Entre Douro e Minho, cf. *Tombos da Ordem de Cristo, IV – Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa, 2008.

Relativamente a Trás-os-Montes, veja-se: CONDE & VIEIRA, 2005: 75-76.



Fig. 1.
Casas cobertas de colmo e de
cortiça, Outeiro
(Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*).



Fig. 2.
Casas cobertas de
colmo e de telha,
Montalegre
(Duarte de Armas, *Livro
das fortalezas*).

O uso da madeira na construção é comprovado, em termos gerais, por alguns diplomas coevos⁴⁰. Já o seu emprego em aplicações específicas é pouco referido. Um texto mais tardio refere-se ao tecto: «madeira mui seca de teito»⁴¹. O madei-

⁴⁰ Nas inquirições de 1258, foram denunciadas as prevaricações de um tal Fernando Afonso que, em Rompecilha (Lafões), «derribavit casas de regalengo Regis, et fecit inde de petra suas casas, et taliavit castaneos Regis, et fecit inde casas» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 924.

⁴¹ *Cantigas de Santa Maria*, n.º 77, 37.

rame da casa aparece também na documentação galega da época⁴². O sentido de expressões como “*casas tabula cooperta*” ou “*kassa tabulata*”, é pouco claro: uns fazem-no corresponder às tábuas do tecto⁴³, outros à cobertura de madeira⁴⁴. O termo “*tabulatum*”, que daria o vocábulo romance *taboado*, parece ter, como este o sentido de divisória interior. Há também a menção da *casa linea*, por oposição a *casa murea*⁴⁵. Como entendê-la? Sánchez-Albornoz encontrou referências do mesmo tipo (“*kasas materacas*”) e considerou tratar-se de casas de paredes de madeira⁴⁶. Admitimos que esta interpretação se adequa ao caso que apontámos. Referindo-se à construção rústica precária, denominada *casa* ou *cabanna*, Santo Isidoro apontou os materiais – paus, canas e ramos – com que eram construídos tais habitáculos (“*agreste habitaculum palis atque virgultis arundinibusque contextum, quibus possint homines tueri a [vi] frigoris vel caloris iniuria*”)⁴⁷.

As escavações arqueológicas realizadas em Mértola, Silves, Castelo Velho de Alcoutim e em tantos outros espaços do *Gharb-al-Andalus* revelaram grande afinidade nos materiais e nas formas de construir. Trata-se de processos familiares em toda a área mediterrânica e que se foram repetindo localmente até à actualidade⁴⁸.

Os muros portantes aí encontrados são sobretudo de taipa, largos de cerca de meio metro. Mas também são comuns, sobretudo no Algarve Oriental, os aparelhos de pedra com argamassa de terra. Outras soluções, como a pedra com argamassa de cal, e o aparelho de pedra seca, têm uma presença mais limitada na construção habitacional.

As paredes assentam geralmente sobre um frágil embasamento de alvenaria, constituído por blocos de pedra unidos por uma argamassa de barro, que não ultrapassava o meio metro de altura. Em meio rural, quantas vezes, os caboucos de fundação não ultrapassam os 20 cm, ou nem sequer existem⁴⁹. As divisórias interiores, quando ocorrem, são estreitas (20 cm de espessura) e utilizam muitas vezes o adobe. O reboco das paredes com cal e areia e a caição são comuns, ocorrendo

⁴² Expresso sob a forma «*casa ... coperte a tegulis et madeyrate*» – VARELA SIEIRA, 2008: 107.

⁴³ Cf. VARELA SIEIRA, 2008: 119.

⁴⁴ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1999: 123.

⁴⁵ *Liber fidei sanctæ bracarensis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990, n.º 184.

⁴⁶ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1999:123; GARCÍA ÁLVAREZ, 1967: 113, rejeita esta interpretação, apontando antes para a cobertura de colmo sobre armação de paus e ramos.

⁴⁷ Isidoro de Sevilha, *Etimologias*, XV, 12, 2.

⁴⁸ TORRES & MACIAS, 1998: 42-43; MACIAS, 1996: 73-78; GOMES, 1988: 136-138; CATARINO, 1997-1998: vol. I – 346-349, vol. II – 713-720.

⁴⁹ CATARINO, 1997-1998: vol. II – 713.

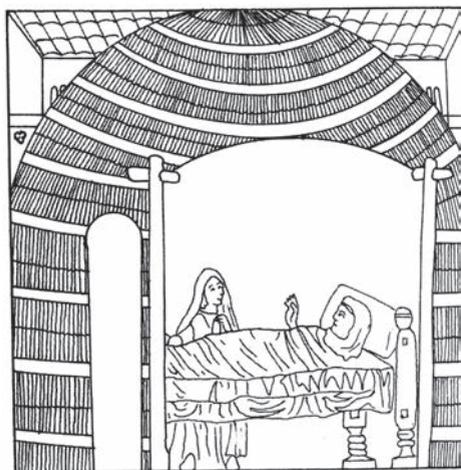


Fig. 3.
Coberturas de caniço e de telha
(*Cantigas de Santa Maria*).

algumas vezes a pintura de policromias e, singularmente, a presença de estuques com ornamentação floral e geométrica⁵⁰.

Nos que toca aos pavimentos, ocorre alguma variedade, mesmo dentro de cada habitação, sobretudo em meio urbano e nas construções mais qualificadas. Encontram-se pisos argamassados, a que a adição de almagre conferia um tom rosado; usam-se, noutros casos, ladrilhos ou lajes de xisto; recorre-se com frequência à terra batida. O leque de soluções, obviamente, era mais restrito nas humildes moradias campesinas.

A escassez da madeira em boa parte do *Gharb-al-Andalus* restringia o seu uso ao travejamento das casas. Pregavam-se canas sobre os barrotes de madeira, aplicando-se as telhas sobre aquelas. As telhas eram invariavelmente de canudo, mas, sendo habitual a reciclagem de materiais, as coberturas podiam incluir telhas de distintas cronologias e morfologias⁵¹.

Tanto em Mértola como no Castelo Velho de Alcoutim, a cobertura de telha é a solução adoptada em todos os casos estudados. O telhado também é comum em Silves, mas a solução mais usual nesta cidade parece ser a cobertura em terraço – a açoteia⁵² (figura 3).

⁵⁰ A presença de estuques decorados na arquitectura civil ocorre numa habitação qualificada da alcáçova de Silves. Cf. GOMES, 1988: 137.

⁵¹ MACIAS, 1996: 78, refere a reutilização de *imbrices* de dimensões apreciáveis.

⁵² GOMES, 1988: 138.

ARQUITECTURA DOMÉSTICA E ESPAÇOS HABITACIONAIS NO *GHARB-AL-ANDALUS*

Ao contrário do que sucedeu noutras áreas do *Andalus*, a presença muçulmana no *Gharb* não se traduziu no legado de palácios de sonho, ou de grandes conjuntos de arquitectura civil.

São muito escassas as informações relativas à arquitectura palaciana do *Gharb-al-Andalus*. As Alcáçovas de Coimbra, Lisboa e Silves, pelo menos, tiveram as suas zonas palatinas. Os restos da primeira, um amplo quadrilátero, flanqueado de torres circulares, erguido por Al-Manşir cerca de 994, servem de alicerce à Universidade⁵³. A de Lisboa deveria ser majestosa, justificando a sua escolha, após a “reconquista”, para palácio real das duas dinastias reinantes em Portugal na Idade Média⁵⁴. Aludimos já ao *Xarajibe*, o “palácio dos balcões” de Silves, notável foco de cultura enquanto aí residiu o rei-poeta Al-Muta‘mid, do qual nos chegaram referências literárias. Os conjuntos arquitectónicos e artefactuais almóadas revelados pelas escavações de Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes na Alcáçova de Silves permitem avançar na reflexão sobre a arquitectura palaciana do *Gharb*, que importa relacionar com os exemplares sobreviventes do *Andalus* e confrontar com a construção corrente coeva (figura 4)⁵⁵.

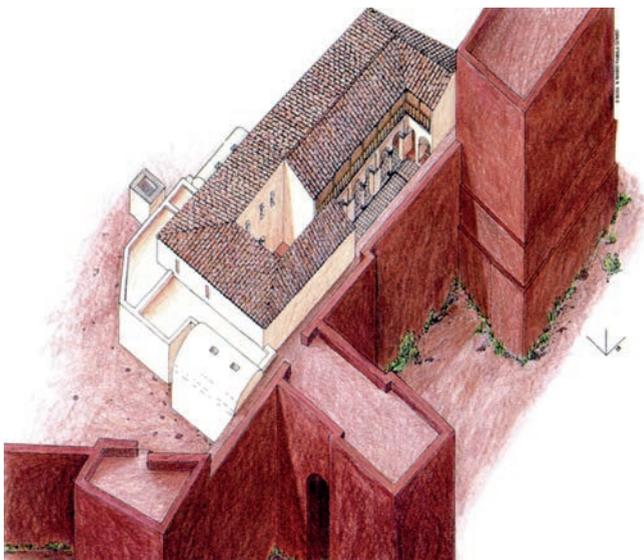


Fig. 4.
Palácio da Alcáçova
de Silves, reconstituição
(Palácio almóada da Alcáçova de
Silves, exposição do Museu Nacional
de Arqueologia, 2001,
com. cient. Rosa Varela Gomes e
Mário Varela Gomes).

⁵³ O palácio da Alcáçova coimbrã terá sido o maior investimento da arquitectura militar do Califado omíada em toda a Península, cf. PIMENTEL, 2006.

⁵⁴ O Paço da Alcáçova perderia essa dignidade em favor do Paço da Ribeira, já no período manuelino.

⁵⁵ *Palácio almóada da Alcáçova de Silves*, catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia, com. cient. Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, Lisboa, 2001.

A atenção dedicada a esta última é muito recente.

A casa urbana do *Gharb* começou a ser conhecida a partir das intervenções arqueológicas em Mértola, Silves e outras cidades (figuras 5 e 6). As moradias urbanas encontradas pelos arqueólogos têm características morfológicas muito semelhantes. Inseridas nos horizontes das arquitecturas vernaculares mediterrânicas, as suas áreas são variáveis, entre os 35 aos 80 m². Com pequenas variações

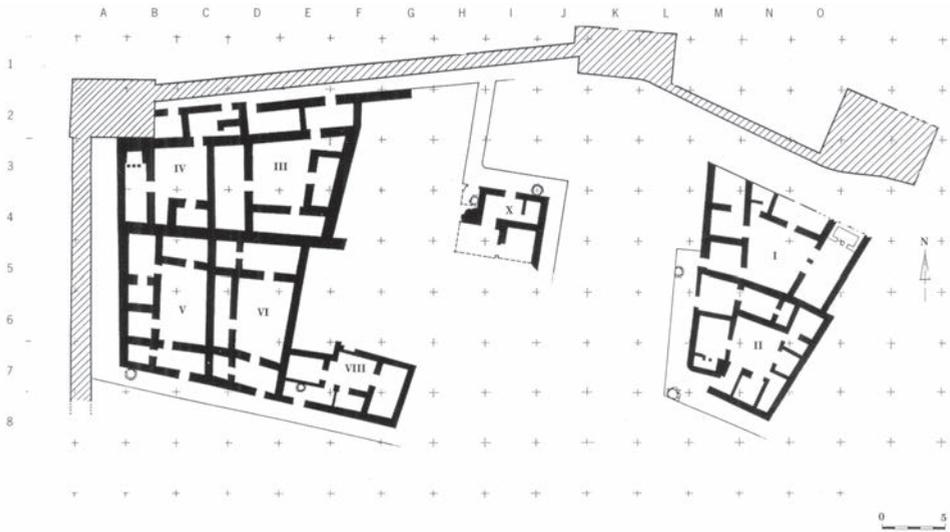


Fig. 5.
Bairro da Alcáçova de Mértola,
planta de conjunto
MACIAS, Santiago (1996), *Mértola
islâmica*. Mértola.

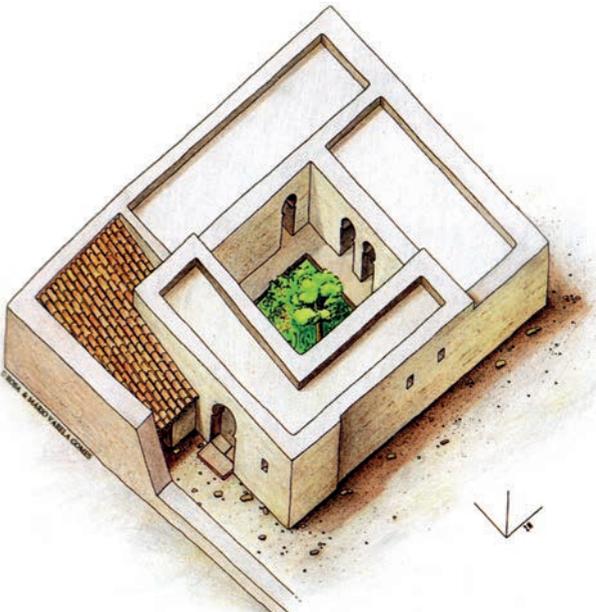


Fig. 6.
Casa urbana de pátio interior,
rua da Arrochela, Silves,
reconstituição
(*Portugal islâmico. Os últimos sinais
do Mediterrâneo*, exposição do Museu
Nacional de Arqueologia, 1998,
com. cient. Cláudio Torres e Santiago
Macias).

modulares, obedecem a um paradigma comum: o da casa térrea de pátio central descoberto⁵⁶.

A entrada para o interior destas casas faz-se por um pequeno átrio, que comunica com o pátio central, quadrado. O pátio é o elemento organizador do conjunto, ligando directamente com todos os compartimentos. Estes incluem, quase sempre: uma sala principal com uma pequena alcova; outra sala mais pequena; uma cozinha; uma latrina ligada a uma rede de esgotos, a poços negros ou a fossas exteriores, cobertas. Algumas destas moradias possuem cisterna, sob o pátio. O seu abastecimento fazia-se com as águas pluviais drenadas pelos terraços ou telhados, que escorriam para o centro da casa.

Numa sociedade que tanto valorizava a intimidade doméstica, estas casas eram quase fechadas para o exterior, evitando observações indiscretas. Viradas para o interior, centravam-se no pátio, penetrado pela luz e pelo ar. Posto que as diversas divisões tivessem, quase sempre, mais do que uma valência, estava presente um critério de relativa especialização funcional dos compartimentos. Assim, o átrio juntava à função da circulação a de espaço de armazenamento de géneros (em talhas, potes ou cântaros); a cozinha dividia-se em duas áreas: a do fogo e outra de armazenamento; o salão era o local onde se tomavam as refeições e se recebiam os convivas, dispondo de pequeno espaço para o descanso nocturno. Favorecido pela amenidade do clima, o pátio era decerto o sítio mais intenso do quotidiano doméstico: local de encontro, de trabalho e convívio das mulheres da casa, espaço fresco e luminoso, valorizado porventura pela existência de um poço ou cisterna, de um pequeno jardim, de um canteiro de ervas aromáticas, ou de um simples vaso de flores.

A casa ligava-se ao exterior, à cidade, por um mínimo de aberturas; quantas vezes, por uma única porta. O comedimento dessa ligação era acentuado pela morfologia e pelo carácter semipúblico dos becos e ruelas adjacentes à moradia.

Até há pouco tempo, nada se sabia sobre a casa rural do *Gharb-al-Andalus*. As sucessivas intervenções arqueológicas realizadas por James L. Boone em Alcaria Longa (Mértola), que permitiram a identificação de uma ampla área habitacional habitada entre o século X e o final do século XII, acabaram por constituir um precioso contributo para o conhecimento da habitação rural islâmica⁵⁷ (figura 7).

Dentro da área habitacional escavada, foi possível individualizar três moradias pluricelulares organizadas em torno de um pátio de uso privado, grosseiramente quadrangular: duas delas dispostas em forma de U, a outra em forma de L, sobre

⁵⁶ TORRES & MACIAS, 1998: 42-43; MACIAS, 1996: 79-97; –, [s/d]: 110-116; GOMES, 1988: 138-139; GOMES & SEQUEIRA, 2001: 103-110; COVANEIRO & CAVACO, 2005: 77-82.

⁵⁷ BOONE, 1992: 51-64; –, 1993: 111-126; –, 1994: 25-35; –, 2009: 145-149.

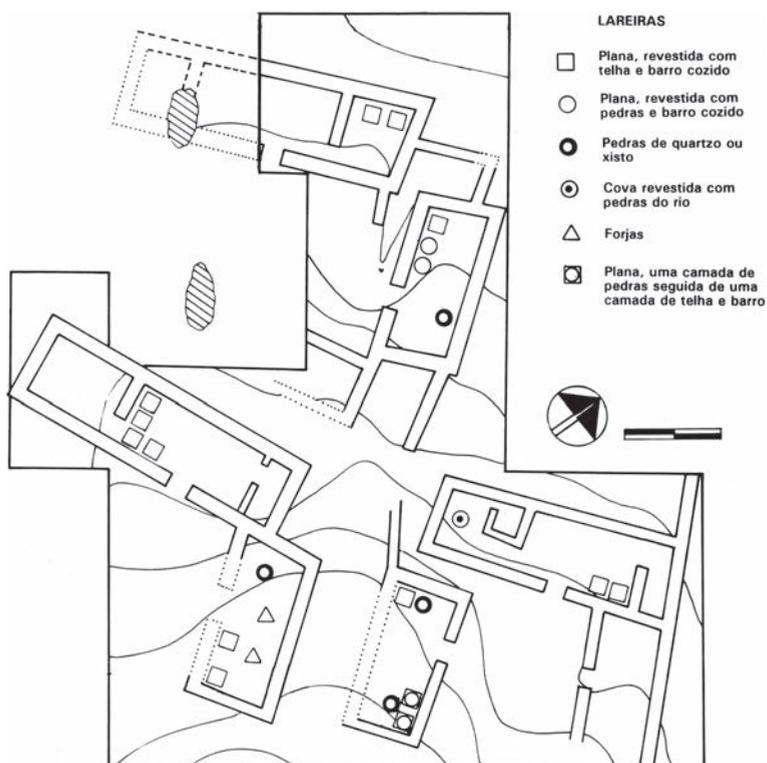


Fig. 7. Complexos habitacionais escavados em Alcária Longa, planta

BOONE, James L. (1994) – Uma sociedade tribal no Baixo Alentejo medieval? «*Arqueologia medieval*», n.º 4.

o pátio. O mesmo modelo de organização espacial foi encontrado em espaços habitacionais do Castelo de Salir e no Vale do Bôto (Algarve oriental)⁵⁸. Ainda que tenha alguma afinidade morfológica com a casa de pátio central urbana, este modelo não produz relações espaciais análogas às que se estabelecem na cidade, uma vez que o pátio da casa rural é aberto.

Quanto à organização espacial destes complexos habitacionais, Boone distingue funcionalmente as estruturas orientadas no sentido Noroeste-Sudeste das que se orientam na direcção Nordeste-Sudoeste. As primeiras, dotadas de uma alcova em cada uma das extremidades, seriam áreas dedicadas à vida social, ao repouso e à confecção de alimentos, nelas se encontrando a maior parte das lareiras, fontes de calor e de luz. Quanto às últimas, abrigariam actividades artesanais (forjas e tecelagem), sem excluir a confecção de alimentos.

Neste modelo, as salas são mais alongadas e polyvalentes que as suas congéneres do meio urbano. Os espaços de repouso são os mais afastados do vão único,

⁵⁸ CATARINO, 1997-1998: vol. II – 724-726.

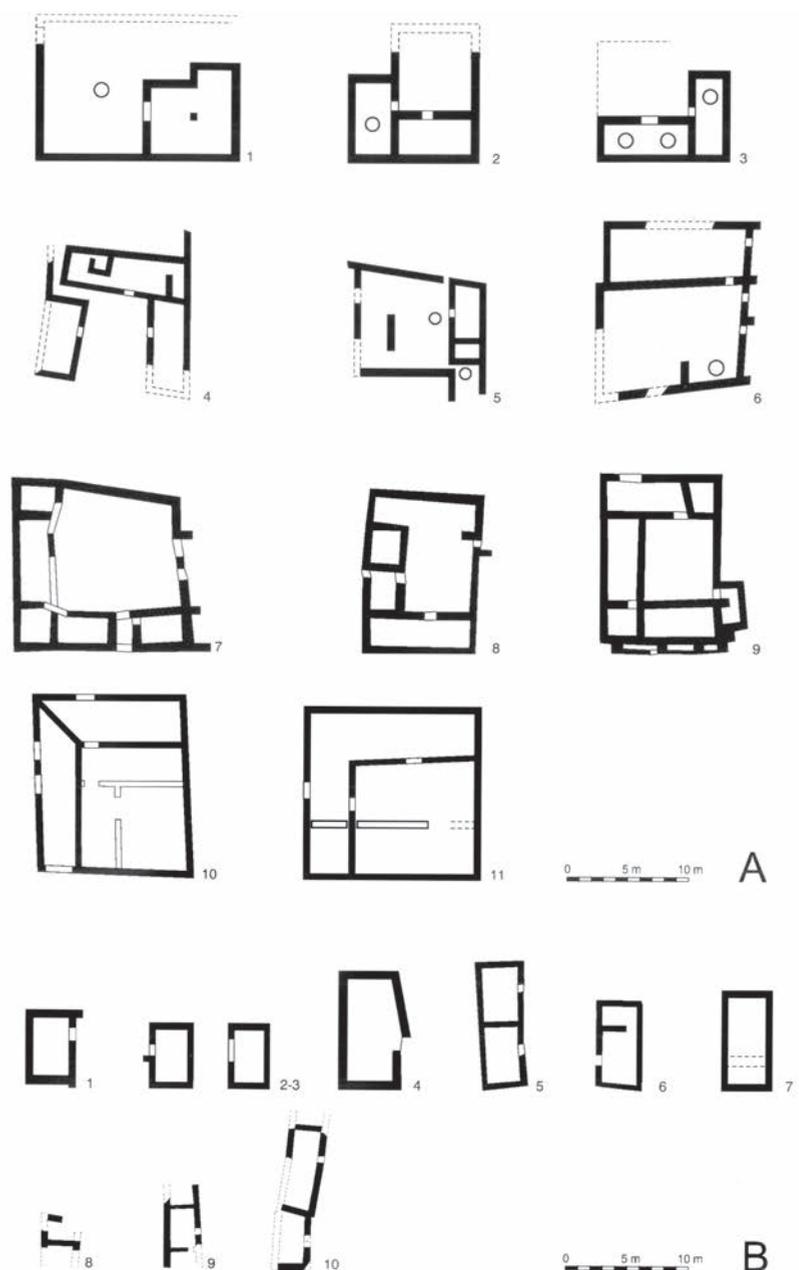


Fig. 8. Casas rurais da época islâmica: A) casas de pátio interior

[A1 - Cerro da Vila; A2 e 3 - Quinta do Lago; A4 - Alcaria Longa; A5 e 6 - Portela; A7, 8 e 9 - Alcarias dos Guerreiros de Cima; A10 - Solana; A11 - Beniomamet] **B) edifícios monocelulares** [B1 Cerro da Vila; B2 e 3 - Ponta do Castelo; B4 - Mollet; B5 e 6 - Tolmo de Minatela; B7 Aldeia dos Mouros; B8 - Raposeira; B9 - Costa; B10 - Queimada]. (Félix Teichner e M. A. Thomas Schierl, "Cerro da Vila (Algarve, Portugal). Aldeia do Mar na época islâmica" in *Al-Andalus. Espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais*, Mértola. 2006).

rasgado no amplo espaço central. O modelo apresenta uma grande flexibilidade organizativa, por permitir a adição de novos módulos, acompanhando o crescimento do grupo familiar, sem alterar a organização espacial.

Outra alcaria, a Aldeia dos Mouros, revelou soluções pluricelulares diferentes do modelo anterior. Aqui, um pátio comunal, dotado de forno colectivo, é o elemento estruturador de toda a alcaria. Em volta dele, erguem-se as casas, por regra de duas divisões: uma sala polivalente, dotado de lareiras e aberto ao exterior, e uma alcova interior⁵⁹.

Além das soluções pluricelulares referidas, a habitação rural podia optar por construções de um tipo mais simples: a casa térrea monocelular, com ou sem pátio-cerca⁶⁰ (figura 8).

ARQUITECTURA DOMÉSTICA E ESPAÇOS HABITACIONAIS NO NORTE CRISTÃO

É muito pouco o que se sabe sobre a habitação qualificada da época condal ou dos primórdios da monarquia portuguesa. Residência de elites eclesiásticas ou guerreiras, deveria sobressair de algum modo da mediania da casa comum de então, fosse pela localização, pela qualidade e durabilidade de materiais nela empregues (a pedra, a telha), pela morfologia, pela área construída, ou pela altura (casas com *superatum*, ou *solium*). Numa sociedade militarizada, a proeminência que procuravam era, por vezes, sublinhada por elementos de aparato militar.

Nas principais modalidades da habitação qualificada do Norte cristão do tempo de D. Afonso Henriques – o castelo (*castellum*, *castrum*), o paço régio e senhorial (*palatium*, *palatiolum*) e a “casa forte” (*turris*, *domus fortis*), da nobreza de segundo plano – combinavam-se a função defensiva e a residencial. Mas as gradações definidas pela preponderância de uma ou de outra variavam bastante, ora respeitando imperativos da conjuntura, ora atendendo à modalidade de habitação. Note-se que nem sempre a moradia nobre se integrava no âmbito da habitação qualificada. Talvez por isso, os textos referem-se a ela, tantas vezes, usando as denominações habitualmente empregues para nomear a moradia comum: *domus*, *domus habitacionis*, *casa*, *casale*⁶¹.

⁵⁹ GAMITO, 1991: 145-146.

⁶⁰ CATARINO, 1997-1998: vol. II – 13, 725; BOONE, 2001:104-121; GOMES *et al.*, 2001: 200-201; TEICHNER & SCHIERL M. A., 2006: 123-126.

⁶¹ Nestes casos, é o contexto que nos permite apreender a condição social do residente. Cf., por exemplo: a «quintana ubi parentes nostros avitaverunt *domus avitationis*» (1058) – *Portugalix Monumenta Historica, Diplomata et chartæ*, Lisboa, 1867[-1873]., n.º 409; «illa quintana nova cum suo *casale*» (1106) – cit.

Numa época rude, não se impunham nestas residências altos padrões de conforto, mas antes a projecção da força guerreira do seu ocupante.

O aparato bélico era óbvio e necessário nos castelos, cuja dimensão militar se sobrepunha de todo à função residencial. Os poderosos utilizavam como residência – temporária, pelo menos – os castelos cuja tenência lhes fora confiada. Assim, podemos encontrar Froila Crescones a fazer o seu testamento no interior do *kastro Argefonsi* (Vila do Conde), no final do século XI, porque aí se encontrava doente⁶².

O *palatium* distinguia-se do *castellum* pela sua vocação habitacional, ainda que também pudesse albergar funções militares. Para além disso, o *palatium* identificava-se com o exercício do poder. Assim o definem as *Partidas*: «palacio es dicho aquell ogar do el rey se ayunta paladinamente para fablar con los homes; et esto es en tres maneras: o para librar pleytos, o para comer, o para fablar en gasajado»⁶³.

Morada real, ou corte régia, o *palatium* era também residência senhorial ou moradia de algum homem de relevo social. Podia também ser parte de um conjunto habitacional. *Curtis* ou *quintana* são termos polissémicos, ambos se referindo a espaços fechados dentro dos quais se erguiam construções de carácter habitacional e as dependências necessárias para uma exploração agrícola. Um *palatium* poderia, assim, integrar uma *curtis* ou uma *quintana*⁶⁴. Naturalmente, seria a casa principal do conjunto e o centro da exploração agrícola.

São muito pobres as menções documentais aos paços da época leonesa ou do período de formação de Portugal. Mesmo para a residência dos condes ou dos nossos primeiros reis (**figura 9**).

A *Vida de S. Rosendo* contém uma lacónica alusão aos paços condaís de Guterre Mendes, em Salas (Santo Tirso), do princípio do século X⁶⁵. Também o *palatio* da condessa D. Toda é referido pela própria, em 1027, quando procede à divisão dos seus bens entre filhos e netos⁶⁶.

por FERNANDES, 1978-1980.; vol. LXXXVIII – 255; «*domus que fuerunt Domni Gunsalui Sause [...] quintana que fuit Domni Egidii cum omnibus domibus suis*» (1258) – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones* Lisboa, 1888[-1977], p. 737; «*quintanam de morada quam fecit Donnus Didacus Lupi super eis [reguengos] in hereditate de Carcari [...] casa riquihominis*» (1258) – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, p. 1070. Também o “paço” real de Curvos (julgado de Neiva, actual concelho de Esposende) seria conhecido pela denominação corrente: «*ha ibi el Rey una sua casa in que pouasa*» (1258) – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 311.

⁶² «...in kastro Argefonsi ubi ego infirmo jaceo...» (monte da Cividade, Arcos, Vila do Conde) – ADB, *Liber Fidei*, fl. 162, n.º 616, in COSTA, 2000: 378.

⁶³ *Partidas*, II, 9, 29, cf. VARELA SIEIRA, 2008: 180.

⁶⁴ VARELA SIEIRA, 2008: 180-182.

⁶⁵ BARROCA, 1989: 10.

⁶⁶ «... vobis concedimus cum omni suo prestamo quantum in se obtinet sicut est concluso per terminos comarus et toto giro illos vallos et per carraria que decurrit de palatio ad ecclesiam de sursum...» – *Liber*

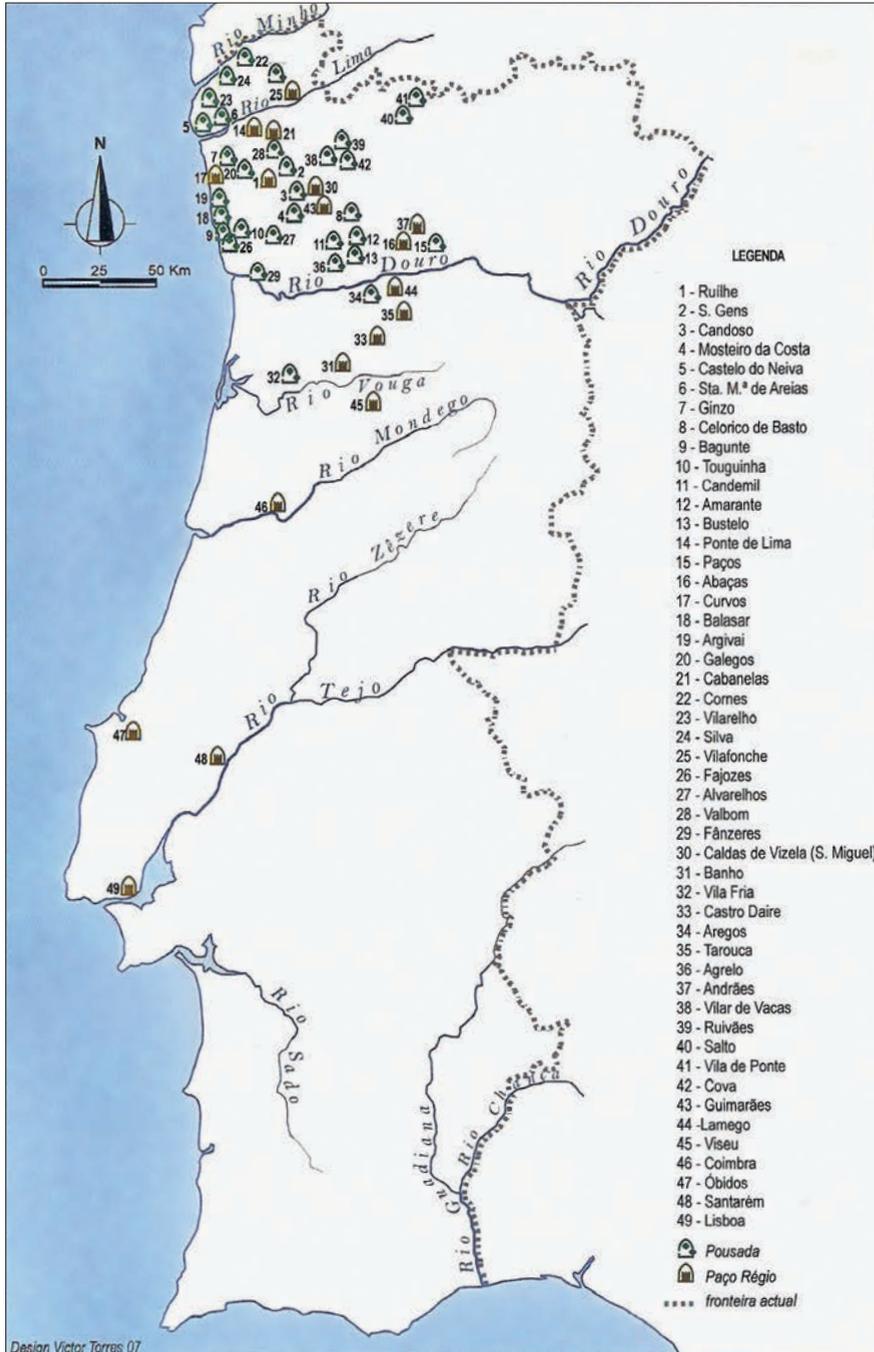


Fig. 9. Locais de pousadas e de paços régios

ALEGRIA, Maria Fernanda & SOALHEIRO, João (2008) – *A corte dos primeiros reis de Portugal. Afonso Henriques. Sancho I. Afonso II. Gijón.*

Durante os trabalhos arqueológicos do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, Manuel Real pôde localizar os paços da condessa Mumadona Dias, do segundo quartel do século X, situados junto do templo moçárabe, em local com um excelente campo de visão sobre o vale. Seria uma construção pétreia, de planta rectangular, acompanhada de uma torre defensiva quadrangular⁶⁷.

Em 1121, o conde D. Henrique alude também ao seu *palatium* de Guimarães, para localizar uma propriedade que possuía junto⁶⁸. Sabe-se que estava situado junto da Colegiada⁶⁹. D. Henrique tinha outros paços em Viseu, onde, porventura, teria nascido Afonso Henriques. Mas nada se sabe acerca da sua estrutura arquitectónica⁷⁰. O primitivo *palatium* real da Alcçova de Coimbra, dispunha de capela e aula anexas. Construído, cerca de 1080, sobre o palácio omíada, pelo alvazil Sesnando, foi residência de Henrique e Teresa e, depois, dos nossos primeiros monarcas⁷¹.

As Inquirições de 1258 reportam-se a vários paços reais (*Palacium Dominis Regis, Paacio del Rey*), situados em vários locais do Norte do Reino: o *palacio, paazos* ou *sobrado* de Ponte de Lima⁷², o *palacium* de Santa Cruz da Maia⁷³, o *Palacio* de

fidei sanctæ bracarensis ecclesiæ, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990, n.º 176, p. 210.

⁶⁷ Cf. BARROCA, 1989: 11.

⁶⁸ «... de ipso campo, quem habemus in villa de Vimeranis, et jacet juxta Palatium nostrum Regale...» – ANTT, *Casa da Coroa*, gav. 8, m. 1, in SOUSA, 1946: 5.

⁶⁹ Os reis portugueses dariam continuidade à ocupação dos antigos paços condaís – ALEGRIA & SOALHEIRO, 2008: 375.

⁷⁰ Há, aliás, um desconhecimento generalizado em relação aos paços régios portugueses da época. Provavelmente, à semelhança dos seus congéneres, teriam três pólos principais: a sala, a câmara e a capela; a estes elementos juntar-se-iam espaços funcionais, com destaque para a cozinha, e diversos anexos – ALEGRIA & SOALHEIRO, 2008: 376-378.

⁷¹ Uma vasta campanha de obras, promovida por Afonso IV, cerca de 1330, e sucessivas intervenções posteriores, alterariam substancialmente a morfologia do paço coimbrão, onde, em 1537, D. João III instalaria a Universidade – PIMENTEL, 2006.

⁷² «dixerunt que da Mamoa dam al Rey cada que veer aos paazos de ponte ij. carros de lenia» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 338; «os omees desta collatione am a levar a madeira ao sobrado de Ponte pora manga de sancta d estorva cum nos outros de Souto» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 346; «levam a madeira ao sobrado de Ponte pora fazer a manga u cantam a missa al Rey in sancta d estorva [...] el Rey et o Ricomem pouza no palacio» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 347; «o Espital gaanou herdade de Petro Cao no palacio del Rey» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 348.

⁷³ «Ecclesia stat circa palacium Domini Regis» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 479.

Caldas de Vizela⁷⁴, as *camaras* de Guimarães⁷⁵. Seriam, tudo leva a crer, construções modestas e desconfortáveis, como pode inferir-se da obrigação, decorrente da doação do lugar de *Maaosedas* à igreja de Santiago de Guimarães, de, sempre que o rei viesse a Guimarães, atapetar as suas *camaras* de junco, se fosse Verão, de colmo ou palha, se fosse Inverno⁷⁶. A dispersão dos paços régios no território de Entre Douro e Minho justificava-se tanto pelo exercício itinerante do poder régio como pela prática cinegética dos monarcas.

Quase nada sabemos sobre a arquitectura palaciana episcopal da época afonsina. A primitiva residência, românica, dos arcebispos de Braga, que precedeu os paços erguidos por iniciativa de D. Gonçalo Pereira no segundo quartel de Trezentos, seria anexa à Catedral. Porventura, revelava-se então diminuta e desadequada às funções, o que levaria à construção do novo edifício, mais amplo e qualificado⁷⁷. Quanto aos paços episcopais do Porto e de Coimbra, a implantação do primeiro em local eminente e do segundo sobre um criptopórtico romano acentuariam a sua importância simbólica nos respectivos tecidos urbanos. Ambos deram lugar a novas construções na época moderna, nada de sabendo sobre as suas características arquitectónicas⁷⁸.

O termo *paço* (*palatium*) designou também as moradias nobres, ainda que habitadas por curtos lapsos de tempo. Construídas junto das respectivas explorações agrícolas, deveriam incluir, além da câmara (ou câmaras) e da cozinha, um espaço de aparato e de prestígio: a *aula*, ou *sala*, donde derivou o topónimo Sá, comum nos tempos pré-românicos⁷⁹. De *palatium* e do diminutivo *palatiolum* provieram os topónimos Paço e Paçô, com larguíssima distribuição nos territórios entre o Minho e o Mondego⁸⁰ (figura 10). Além do rasto toponímico, a documentação permite respigar um ou outro paço nobre. Em 1140, Mem Afonso e sua mulher, Gontina Pais, doavam ao mosteiro de Refóios (Ponte de Lima) algumas propriedades, incluindo os paços aí existentes⁸¹. As inquirições de 1258 referem outros,

⁷⁴ «et debet esse ibi palacius Domini Regis, et debent omnia dare singulos feiches de palea pro ipso Palacio» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 687; «in Palacio de Caldis jacent iij. vessade que vocantur Vessade Palacii» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 698.

⁷⁵ *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 738.

⁷⁶ *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 738. Como se vê em nota anterior, os moradores de S. Paio de Vizela tinham idêntica obrigação relativamente ao Palácio de Caldas de Vizela.

⁷⁷ BARROCA, 2002: 101-102; RIBEIRO, 2008: 489.

⁷⁸ O mesmo se diga relativamente aos restantes paços episcopais. Cf. SILVA, 2002: 91-94; BARROCA, 2002: 101-103.

⁷⁹ FERNANDES, 1978-1980: 284; ALMEIDA, 2001: 150.

⁸⁰ FERNANDES, 1978-1980: 284.

⁸¹ Frei António Brandão, *ML*, III, fls. 86v-87, cf. SILVA, 2002: 50.



Fig. 10. Distribuição dos topónimos Paço(s) e Paçô

FERNANDES, A. de Almeida (1978) – *A nobreza na época vimarano-portugalense*. «Revista de Guimarães», n.º 88.

como o *palacio* de Darque, que pertencera a Soeiro Mendes de Tougues, o Facha⁸², ou o de Penude, que fora de um Egas Ramires⁸³.

Não se conhecem, porém, sobrevivências arquitectónicas das moradias nobres do período afonsino, nem tão-pouco dos períodos imediatamente subsequentes. Talvez a sua construção não fosse de grande qualidade, nem muito resistente⁸⁴, levando a uma fácil derrocada e à reciclagem dos materiais para novas construções⁸⁵. Talvez sucessivas remodelações e refuncionalizações tivessem alterado de todo a fisionomia do que sobreviveu, dificultando a sua leitura⁸⁶. Talvez as mais antigas moradias nobres tivessem sido construídas, entre nós, com um recurso significativo a materiais perecíveis, a exemplo do que sucedeu noutras regiões europeias⁸⁷. Cremos que só a arqueologia da arquitectura poderá esclarecer convincentemente todas as dúvidas que a este respeito se podem colocar.

A ausência de vestígios dos paços da época afonsina impede a caracterização morfológica destas estruturas habitacionais, assim como o estudo da sua organização espacial. A mais antiga descrição de um paço medieval que se conhece data de

⁸² «lo palacio de Darqui, que foy de Suerio Acha» – *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 315. Sobre Soeiro Mendes de Tougues, veja-se: LV, 1B7, D8; *Livro do Deão (LD)*, 1A3, C3-4 (*Portugalix Monumenta Historica*, Nova Série, vol. I – *Livros Velhos de Linhagens*, ed. crit. de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, 1980); *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (LL)*, 16A2, 22B9, D9, 24A1-2, 37A2 (*Portugalix Monumenta Historica*, Nova Série, vol. II – *Livros de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crit. de José Mattoso, Lisboa, 1980); MATTOSO, 1982: 49, 53, 167; —, 2006: 164; PIZARRO, 1999: 285-287.

⁸³ «tria casalia sunt in palacio quod fuy de Egea Ramiriz [...] et sunt in Punidi» – *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1055.

⁸⁴ SILVA, 2002:102.

⁸⁵ PIZARRO, 2007: 7, duvida que tivessem existido entre os séculos XII e XIV, edifícios de defesa e de habitação equiparáveis aos que se conhecem para outras regiões da Europa. A nobreza desse tempo estaria longe de ter os recursos materiais necessários para a sua construção e a partilha hereditária não incentivaria tal esforço. Em sua opinião, foi a instauração dos morgadios, ao favorecer a concentração do património no chefe da linhagem, que propiciou «uma tendência de construção senhorial com mais visibilidade, o que parece reflectir-se no facto de a maior parte das construções que habitualmente se referem como paços ou torres datarem do século XV ou dos inícios do século XVI».

⁸⁶ Dos paços reais de Lisboa diria, séculos mais tarde, o Cardeal Alexandrino: «Não tem forma alguma de arquitectura por ter sido feita aos poucos em diversas épocas». Cf. ALEGRIA & SOALHEIRO, 2008: 376.

⁸⁷ «La construction maçonnée ne redémarre vraiment qu'au XII^e siècle ; mais elle ne fait pas disparaître d'un coup les types de fortification plus frustes : il se construit encore nombre de châteaux à motte au XII^e siècle, et la maison du seigneur rural, maison-forte, bastide ou manoir, fait encore largement appel au bois et à la terre pour ses édifices comme pour ses fortifications jusque tard dans le Moyen Âge». – PESEZ, 1998 : 74. «El genotipo-torre, se plasma en dos fenotipos fundamentales: el fenotipo-torre de madera y el fenotipo-torre de piedra. [...] las torres pétreas son herederas del fenotipo-torre de madera, aunque ambos tipos convivieran [...]» – AZKARATE GARAI-OLAUN & GARCÍA GÓMEZ, 2004: 20. Sobre os materiais empregues nas estruturas murárias e a sua hierarquização, cf. LITOUX & CARRÉ, 2008: 98-109.

1290 e reporta-se ao paço de D. Afonso Rodrigues, em Resende⁸⁸. José Custódio Vieira da Silva, que o estudou, sublinha o carácter vincadamente rural do espaço envolvente. Rodeada de parcelas rústicas e de construções ligadas à exploração agrícola e pecuária, a habitação organiza-se em dois planos, ambos com seu alpendre, havendo uma única entrada no piso térreo e escada interior de acesso ao superior. Nada se conhece sobre este, pois o texto apenas aponta as divisões do piso térreo: uma cozinha e duas câmaras⁸⁹.

O surgimento da casa fortificada, a *domus fortis*, em Portugal, nas últimas décadas do século XII, liga-se ao processo de afirmação de poder das pequenas linhagens nobres com pretensões à ascensão social, e acompanha de perto as cronologias verificadas para este fenómeno um pouco por toda a Europa Ocidental⁹⁰. A sua forma simples era a de uma torre, construída à maneira das torres de menagem dos castelos, a que por vezes se adicionava um anexo sobradado. Erguiam-se, em regra, em vales férteis, e estavam associadas às estratégias de controlo territorial dos seus fundadores⁹¹.

Para além duma significativa presença da *torre* na toponímia entre os rios Minho e Mondego⁹² (figura 11), também os textos coevos referem as moradias turriformes. As inquirições de 1258 registam, por exemplo: a *turre* de Ribeira (Ribeiradio, julgado de Lafões), com casas e lagar, cuja edificação o *miles* Gomes Pires de Ribeira iniciara⁹³; a *turre* de Merelhe Vilão (julgado de Gouveia e Gestaçô), pertencente aos *milites* de Furacasas⁹⁴; a *torre* de Quintela (julgado de Panóias), em curso de

⁸⁸ O diploma diz respeito à divisão do paço, por motivos de herança. Martim Afonso de Resende e sua mulher, D. Maria Rodrigues, filha de Afonso Rodrigues, «... erdaram o andar térreo do paço, constituído pela porta «cô seu alpendre e cô sãs duas camaras e con a casa da cozinha e cô as cortes e cô toda a partiçõ da vinha como iaz contra ssi e cô todo o terreno que he contra Santa Maria como esta tapado e cô un poõbal e cô o campo daaquem do ribeyro como esta tapado e cô a leyra daalem do ribeyro que foi vinha velha...»; D. Maria Pais, representada pelos seus procuradores Martim Fernandes e João Fernandes, herdou a outra metade do paço «...de la porta açima e con o alpendre de çima e abrilhenlhi a porta a esse pááo en esse [alpendre?] [...] e ficoulhi a cortizela cô todas sas arvores e cô outra partiçõ da vinha [...] e con a adega e cô o lagar...» – A. B. Freire, *A honra de Resende*, cit. por SILVA, 2002: 26-27.

⁸⁹ Veja-se também a descrição, um pouco mais tardia, do paço do couto de Lumiães, que pertenceu a Abril Pires de Lumiães: *O Livro das doações da Salzedá*. «Beira Alta», vol. XL (1981), p. 114-116; FERNANDES, 1978-1980: 262-263.

⁹⁰ BARROCA, 1989: 13; SILVA, 2002: 47; AZKARATE GARAI-OLAUN & GARCÍA GÓMEZ, 2004: 18-19; SIROT, 2007: 30; LITOUX & CARRÉ, 2008: 75.

⁹¹ BARROCA, 1998: 68; AZKARATE GARAI-OLAUN & GARCÍA GÓMEZ, 2004: 18-19, 29-31.

⁹² FERNANDES, 1978-1980: 284.

⁹³ *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 917. Sobre Gomes Pires da Ribeira, veja-se: LD 6T7; LL 48A2, I3; PIZARRO, 1999: 80.

⁹⁴ *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1148.



Fig. 11. Distribuição do topónimos Torre

FERNANDES, A. de Almeida (1978) – *A nobreza na época vimarano-portugalense*. «Revista de Guimarães», n.º 88.



Fig. 12.
Torre de Vasconcelos
SILVA, José Custódio Vieira da (2002)
– Paços medievais portugueses. Lisboa.

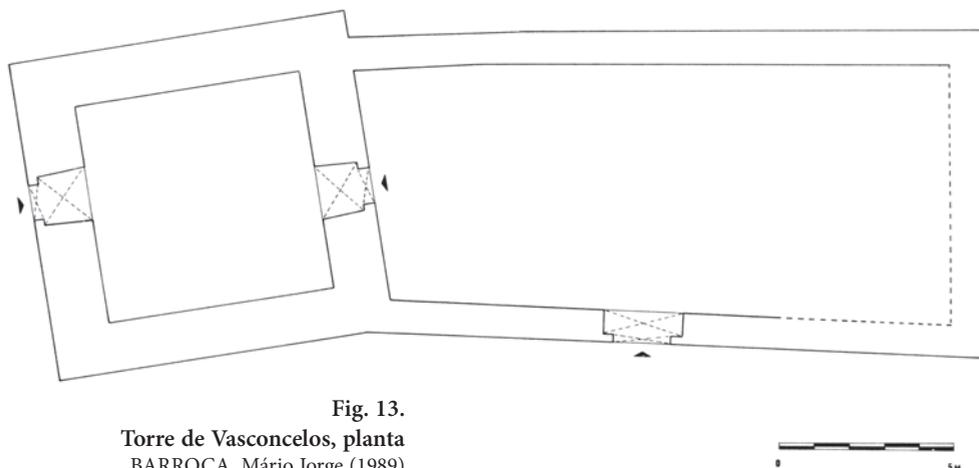


Fig. 13.
Torre de Vasconcelos, planta
BARROCA, Mário Jorge (1989)
– Em torno da residência senhorial fortificada.
«Revista de História», n.º IX.

construção pelos herdeiros de D. Elvira Vasques⁹⁵; a *turrem* que fizera Lourenço Pais de Alvenga em Vila Boa do Bispo (julgado de Beniver)⁹⁶. Por outro lado, persistem ainda alguns exemplares da *domus fortis*, como é a torre de Vasconcelos (Amares)⁹⁷ (figuras 12 e 13), imediatamente posteriores ao período aqui considerado, em melhor ou pior estado de conservação, permitindo a historiadores da

⁹⁵ *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1228-1229. Sobre a torre de Quintela, veja-se: SILVA, 2002: 54-56. Sobre Elvira Vasques de Soverosa, veja-se: LV 1M8, P9; LD 13A3; LL 25A1, J2, S2; PIZARRO, 1999: 192, 209.

⁹⁶ *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1385. Sobre Lourenço Pais de Alvenga, veja-se: LD 7F6, 10L3, M4; LL 26I3, J4, 36BH8, BJ9; PIZARRO, 1999: 469-470.

⁹⁷ BARROCA, 1998: 30-41; SILVA, 2002: 56-57.



Fig. 14.
Casa-forte, Vimioso
(Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*).

arquitectura e a arqueólogos aprofundarem o conhecimento deste tipo arquitectónico, através do seu estudo directo.

O modelo turriforme manter-se-ia duradouramente, já que a estrutura verticalizante prevalecia e dominava visualmente a paisagem rural. Mas a partir dela podiam desenvolver-se outros modelos, de concepção horizontal, abrangendo uma superfície mais dilatada, onde não havia estrangimentos de espaço. Ao lado da torre, adossadas ou próximas, iam-se erguendo outras construções: anexo residencial, cozinha, mais raramente uma capela⁹⁸, ou edifícios de funcionalidade económica. As novas construções tendiam a alinhar-se com as pré-existentes, podendo dispor-se em L ou U, formando então um pátio⁹⁹ (figura 14).

Um dos casos mais precoces e decerto o mais conhecido é o da torre de Cunha (Braga). Em 1171, Lourenço Fernandes adquiriu um casal naquele lugar, para aí construir uma torre¹⁰⁰. A quintã que lhe estava associada foi incendiada em 1210, sendo a torre demolida¹⁰¹. As perseguições e humilhações a que Lourenço Fernandes da Cunha foi submetido pelos Ramirões, seus parentes, por ordem do rei, foram relatadas em dois dos mais antigos documentos escritos em português, a *Mentio de Malefactoria* e a *Notícia de Torto*, que registam e quantificam os prejuízos.

⁹⁸ BARROCA, 1998: 82-83.

⁹⁹ SIROT, 2007: 136-137.

¹⁰⁰ A venda é feita por sua irmã Elvira Fernandes: «... facio tibi Laurentio Fernandi fratri meo kartam venditionis et firmitudini de ipso meo casale de Coina, quod habeo ubi tu facis tuam quintanam et turrem...» – COSTA, 1979: 322, n.º 6.

¹⁰¹ «Deinde miserunt ignem in sua quintana de Cuina et cremaverunt eam totam quia pre igne nichil ibi remansit. Et dirribauerunt de ipsa turre quantam potuerunt et quod non potuerunt miserunt in eam ignem qui eam findidit quod nunquam potest esse emendata» – COSTA, 1979: 292, n.º 3 [7-9].



Fig. 15.
Casas rurais, Portelo
(Duarte de Armas,
Livro das fortalezas)

A qualidade excepcional daquela documentação permite um conhecimento bastante completo desta uma casa-forte do século XII: a localização; o perfil arquitectónico turriforme; os materiais utilizados na construção (a pedra, contrariamente à quintã e aos edifícios ligados à exploração agrícola, feitos em madeira, colmo e outros materiais inflamáveis); o mobiliário nela existente; e até o seu custo global (1500 morabitinos)¹⁰².

Quase nada sabemos acerca da casa comum dos campos do Norte cristão do tempo de D. Afonso Henriques. Para lá de nenhuma daquelas construções ter sobrevivido, os arquivos do solo continuam a não ser demandados e os documentos coevos que lhes fazem referência são extremamente lacónicos: mencionam as construções rurais mas não as descrevem, ou fazem-no de forma sumariíssima e estereotipada, quase nada esclarecendo quanto a materiais, tipologias, volumetria, dimensões, articulação com o espaço envolvente e organização interna.

Além de limitado, o nosso conhecimento sobre a casa rural nortenha é também bastante frágil. Tem sido construído, basicamente, a partir do confronto dos secos diplomas da época com: a) a documentação posterior, um pouco menos austera e que, já muito tardiamente, inclui o registo iconográfico (figura 15); b) as informações disponíveis para outras regiões europeias, sobretudo as mais próximas ou mais afins; c) os registos da etnologia, da geografia humana e da arquitectura – dados tão úteis, mas fonte, também, de tantos equívocos.

A conjugação da informação arquivística com os dados da arqueologia permitirá decerto alargar consideravelmente o conhecimento actual sobre os tópicos atrás enunciados. Tal procedimento iniciou-se há largas décadas em zonas do Norte e Centro da Europa e é de há muito praticado na área mediterrânica, com resultados tão profícuos, como vimos atrás¹⁰³. A ajuda da arqueologia tem, neste domínio, os

¹⁰² BARROCA, 1998: 48.

¹⁰³ CHAPELOT & FOSSIER, 1980 ; PESEZ, 1992 : 181-192; —, 2000 : 1-11.

seus limites, na medida em que uma das características destas construções é a sua perecibilidade. Provavelmente, nunca viremos a conhecer tudo o que gostaríamos de saber sobre a casa do Norte cristão, mas muito mais saberemos, à medida que a arqueologia medieval vá revelando os segredos escondidos sob os solos, cada vez mais desertificados, do mundo rural que se extingue.

Também importará explorar os textos de forma mais sistemática, identificando o léxico relativo à construção e à habitação, quer o mais genérico, quer o relativo aos núcleos habitacionais, às casas e aos seus elementos, aos anexos e às construções adjectivas, aos espaços envolventes da casa e aos materiais de construção. Desbravando depois o valor significativo dos vocábulos, assinalando cronologias que balizem a sua evolução semântica. Ou apreciando as relações que, nos textos, os vocábulos estabelecem entre si¹⁰⁴.

Nos textos, a habitação vernacular do Norte cristão é apresentada através de diversos termos, dos quais destacamos *domus*, *casa*, *casal* e *cabanna*.

Os vocábulos *domus* e *casa* partiram de campos semânticos perfeitamente distintos, na latinidade clássica e isidoriana: casa de morada, a primeira, cabana ou edifício precário e complementar, a segunda. Os dois termos acabariam por sobrepor-se e concorrer entre si. Por último, *domus* cedeu, e *casa* acabou por dominar todo o campo semântico de ‘espaço de habitação’. Este percurso atravessou a Idade Média e está bem visível na nossa documentação arquivística. Uma análise mais fina permite discernir matices significativos próprios entre os termos concorrentes: *casa* ‘edifício’ / *domus* ‘residência’¹⁰⁵.

O *casal* corresponde a uma, ou várias, casas (*domus* ou *casa*), com o conjunto de edifícios (*edificia*) e parcelas rústicas necessários à exploração agro-pecuária à medida da família camponesa¹⁰⁶.

As *cabannas* são construções rústicas precárias: infraconstruções, de acordo com a terminologia de Chapelot e Fossier¹⁰⁷. São mencionadas nalguma documentação particular¹⁰⁸ e nos foros de vilas da Beira Interior¹⁰⁹, por oposição a *casa*, designando construções destinadas ao resguardo dos pastores ou dos guardiães das

¹⁰⁴ Na linha do que tem sido feito na vizinha Galiza, com excelentes resultados, por Xaime Varela Sieira (VARELA SIEIRA, 2008); ou, entre nós, da interessante abordagem, relativa ao *casal*, de André Evangelista Marques (MARQUES, 2008).

¹⁰⁵ O que justificaria que o vínculo entre o campo semântico de ‘enxoval’ e *domus* fosse mais forte do que aquele que o estabelecido com *casa*. Cf. VARELA SIEIRA, 2008: 135.

¹⁰⁶ GARCÍA ÁLVAREZ, 1967: 107; GONÇALVES, 2010: 44.

¹⁰⁷ CHAPELOT & FOSSIER, 1980.

¹⁰⁸ *Portugalix Monumenta Historica, Diplomata et chartæ*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 906.

¹⁰⁹ Como Castelo Bom: «Qvin disrumperit casa de uicino in aldea ... aut cabana pectet domino suo x morabitanos» – *Portugalix Monumenta Historica, Leges et consuetudines*, Lisboa, 1863, p. 764.

vinhas, à protecção dos gados e à custódia dos apeiros agrícolas¹¹⁰. Já as referências a *cabanarias*¹¹¹ e a *cabaneiros*¹¹², por oposição a *casais*, apontam para a habitação permanente da população rural de baixa condição: o *cabaneiro* é aquele que não dispõe de *casal*, próprio ou emprazado¹¹³. Outro género de infraconstrução é a habitação escavada na rocha, pouco conhecida entre nós, que Barroca encontrou no Quintal das Lapas, junto ao castelo de Penela¹¹⁴.

A casa elementar, paralelepédica, simples e de custos mínimos, era o tipo arquitectónico vernacular mais comum. A instabilidade própria dos momentos mais agudos de confronto entre o Islão e a Cristandade não facilitava a sedentarização, limitava a fixação do habitat camponês junto às terras de cultivo e impelia para o investimento construtivo mínimo. A unidade arquitectónica mínima, a casa térrea pequena, à qual por vezes se acoplava um ou outro anexo, bastava às necessidades básicas de habitação, guarda de apeiros agrícolas, armazenagem de bens produzidos e abrigo de animais. A casa térrea não tinha compartimentação interior, ou dispunha apenas de uma divisória precaríssima que separava a cozinha de uma pequena alcova. Tinha habitualmente poucas aberturas, quando não uma só, a porta; as janelas, ou postigos, rareavam; não havia chaminé, libertando-se o fumo por uma abertura no telhado, ou colmado.

Quando as circunstâncias se tornaram mais favoráveis à sedentarização, se a exploração progredia e a família se alargava, havendo espaço disponível, podiam erguer-se junto da moradia primitiva novos módulos do mesmo formato (*casas* ou *edifícia*). O *assentamento* da família camponesa, que além do espaço construído (*casas* e construções adjectivas) abrangia alguns espaços de cultivos mimosos, variava regional e localmente, consoante as exigências da exploração agrária ou pecuária, o espaço e os meios económicos disponíveis, a cultura arquitectónica local, a dispersão ou concentração das terras exploradas e a organização do povoamento, ora concentrado, ora disperso¹¹⁵. Nas zonas de povoamento concentrado, o espaço miniguava e o *assentamento* camponês tinha de confinar-se aos limites do lote. Algumas vezes, nem todos os equipamentos agrícolas e instalações para abrigo dos animais podiam ser edificados juntos à casa. Por isso, eram relegados para lugares periféricos da aldeia ou para o interior das terras de cultivo. Ou davam lugar a equipa-

¹¹⁰ Cf. VARELA SIEIRA, 2008: 196-198.

¹¹¹ *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 459, 465, 466.

¹¹² *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 457-459, 463, 466, 468, 478.

¹¹³ As inquirições de 1258 designam homens de condição análoga, da região de Lamego, como «caseyros qui non tenent casalia» e «caseyros qui non habent casalia» – *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1068.

¹¹⁴ BARROCA, 1994: 43.

¹¹⁵ GONÇALVES, 2010: 39-44.



Fig. 16. A casa e o terreiro (Simão Bening, *Livro de horas de D. Fernando*).

mentos de servidão comum. Já nas regiões de povoamento disperso, a composição do *assentamento* camponês fazia-se sem aquele género de entraves, gradualmente. O *intus domum*¹¹⁶ era um espaço fechado onde, em torno de uma casa ou cozinha térrea unicelular (*domus, casa, ou coquina*), se iam erguendo construções para abrigo dos animais – cortes, currais, pocilgas, pombais – e outros anexos: celeiros, palheiros, adegas, lagares, cobertos para arrumação dos apeiros agrícolas, da lenha e de outros materiais. As construções adjectivas implantavam-se no terreno com alguma ordenação, alinhando-se, formando um L, ou um U, ou constituindo um círculo, dando forma a um terreiro ou exido (*exitus*), onde se praticavam actividades ligadas à exploração familiar (figura 16).

A casa com exido ajustava-se bem ao género de empresa campesina que articula agricultura e pecuária e precisa de guardar os animais junto da habitação. Outra variante, de maior porte, da casa térrea unicelular, respondia também à necessidade de abrigar os animais, seguindo impera uma lógica distinta. Referimo-nos à

¹¹⁶ Por oposição ao *foras domum* – *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1024.

casa mista, onde humanos e animais partilhavam o mesmo tecto, separados apenas, tantas vezes, por meia parede¹¹⁷.

Ao ser transposta para o meio urbano, a casa elementar evoluiu um pouco em relação à sua matriz rural. A principal mudança resultava da relação com a rua, que implicava a adição linear de módulos paralelepíedicos, e criava um verso e um reverso, privilegiando a parede de interface com a rua, a fachada. A esta era atribuída uma função cenográfica pública, ao passo que as traseiras articulavam o espaço privado interior com o quintal, espaço rural privado em contexto urbano. Impunha-se algum cuidado com o aspecto da fachada e os módulos adossados convidavam à substituição das coberturas vegetais por telhas e à localização preferencial do lar nas traseiras das casas, de modo a minimizar os riscos de propagação dos fogos.

A *curtis* migrou também do âmbito rural para espaços urbanos, como Coimbra¹¹⁸ e Santarém¹¹⁹. A transposição da *curtis* para meio urbano era facilitada pela proveniência rural de boa parte das populações citadinas e admissível perante a cultura moçarábica vigente nestas urbes, na qual caberia decerto a tradição mediterrânica da casa urbana com pátio interior. Em Coimbra, mereceu a adesão de gente grada, incluindo o alvazil Sisnando, residente numa *curtis* junto das portas da cidade¹²⁰.

As restrições espaciais inerentes à urbanidade implicariam modificações estruturais da casa. Estas são perceptíveis na referência a *illum sopratum quod feci novum* Anaia Eanes na sua casa em Coimbra, em finais do século XI¹²¹. A moradia com pátio interior seria preterida em favor da casa com sobrado, enveredando-se pela verticalização da construção urbana à medida que o solo citadino se tornava mais valioso. Os dois planos destas casas, o *subtanus* e o *superatus*, revelaram-se mais adequados em termos de funcionalidade e de preservação da intimidade familiar, ao remeterem para o piso superior os aspectos mais recônditos da vida doméstica, mantendo-se o piso térreo mais aberto ao exterior, tantas vezes, aliás, como palco de actividades artesanais ou comerciais.

¹¹⁷ GONÇALVES, 2010: 42.

¹¹⁸ «... era precisamente a corte a designação mais vulgar dada às habitações que, nos séculos X e XI, na cidade de Coimbra, se revelavam objecto de doação ou venda» – BEIRANTE, 1993: 297-298.

¹¹⁹ «Ego enim gratia dei imperator alfonsus uobis omnibus christianis in sancta herena commorantibus huiusmodi facio scripturam ut habeatis uestras cortes et omnes uestras hereditates iure hereditario uos et omnis posteritas uestra» – Foral de Santarém de 1095, in *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et consuetudines*, 2 volumes, Lisboa, 1856-1868, p. 349.

¹²⁰ *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et chartae*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 700.

¹²¹ *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et chartae*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 777.

A CONCLUIR,

Uma breve nota para sublinhar que a progressão das conquistas nos territórios meridionais implicou rupturas significativas no quadro habitacional, não só pelas destruições e abandonos de sítios, mas também pela rejeição, pelos colonos cristãos, dos modelos da casa mediterrânica/muçulmana¹²².

Deram-se usos diferentes ao espaço doméstico (uma menor especialização funcional) e introduziram-se profundas alterações nas moradias reaproveitadas: o desaparecimento dos pátios interiores, a reestruturação dos lotes urbanos para estabelecer quintais nas traseiras e acentuar a dinâmica entre a casa e a rua, através da fachada. Justificava-o a alteridade das concepções de família, de vida privada e de vizinhança.

FONTES IMPRESSAS:

- Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, ed. por Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, 1979.
- Documentos medievais portugueses, Documentos régios*, ed. por Rui de Azevedo, vol. I, tomos I e II, Lisboa, 1958-1961.
- Documentos medievais portugueses, Documentos particulares*, ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa, Lisboa, 1980.
- Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532, Comarca de Entre Douro e Minho*, ed. por João José Alves Dias, Cascais, 1999.
- San Isidoro de Sevilla, *Etimologías*, ed. bilingue por José Oroz Reta e Manuel-A. Marcos Casquero, 2.^a ed., 2 volumes, Madrid, 1994.
- Liber fidei sanctæ bracaraensis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990.
- O Livro das doações da Salzedá*, ed. por A. de Almeida Fernandes. «Beira Alta», vol. XL, 1981.
- Livro do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*, ed. por João Grave, Porto, 1924.
- Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, ed. por Avelino de Jesus da Costa, 3 volumes, Coimbra, 1999.
- Portugalix Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867[-1873].
- Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977].
- Portugalix Monumenta Historica, Leges et consuetudines*, 2 volumes, Lisboa, 1856-1868.
- Portugalix Monumenta Historica, Nova Série, vol. I – Livros Velhos de Linhagens*, ed. crít. de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, 1980.
- Portugalix Monumenta Historica, Nova Série, vol. II – Livros de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crít. de José Mattoso, 2 tomos, Lisboa, 1980.

¹²² BOISSELLIER, 1999 : 171-172.

Sousa, António Caetano de, 1946, *Provas da história genealógica da Casa Real portuguesa*, t. I, 1.º I-II, Lisboa.

Tombos da Ordem de Cristo, IV – *Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves, Lisboa, 2008.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1980) – *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa. 2.ª ed. (1.ª ed., 1961).

ALEGRIA, Maria Fernanda, & SOALHEIRO, João (2008) – *A corte dos primeiros reis de Portugal. Afonso Henriques. Sancho I. Afonso II*. Gijón.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Arquitectura românica do Entre Douro e Minho*. Dissertação de doutoramento em história de arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

— (2001) – *História da arte em Portugal. O românico*. Lisboa.

ALVES, Adalberto, 1996, *Al-Mutâmid, poeta do destino*. Lisboa.

ARRUDA, Ana Margarida, et al. (2003) – *O sítio islâmico do Tejo do Praio, Quinta do Lago, Loulé: uma primeira análise e caracterização*. «Xelb», n.º 4, p. 247-264.

AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín, & GARCÍA GÓMEZ, Ismael (2004) – *Las casas-torre bajomedievales. Análisis sistémico de un proceso de reestructuración espacial/territorial*. «Arqueología de la arquitectura», n.º 3, p. 7-37.

AZEVEDO, Carlos de (1969) – *Solares portugueses. Introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge (1989) – *Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais da região de Amares*. «Revista de história», vol. IX, p. 9-61.

— (1994) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*. Lisboa.

— (1998) – *Torres, casas-torres e casas fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séc. XII-XV)*. «Revista de história das ideias», vol. 19, p. 7-103.

— (2002) – *Arquitectura gótica civil*. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de & BARROCA, Mário Jorge – *História da arte em Portugal. O gótico*. Lisboa, p. 86-128.

— (2003) – *Arquitectura militar*. In MATTOSO, José, coord.; BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir., – *Nova história militar de Portugal*, vol. I. Lisboa, p. 95-121.

BASTO, E. A. Lima, & BARROS, Henrique de, dir., (1943) – *Inquérito à habitação rural*, vol. I – *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro)*. Lisboa.

BEIRANTE, Maria Ângela (1993) – *Em torno da vida privada*. In OLIVEIRA MARQUES, A.H. de, coord.; SERRÃO, Joel & OLIVEIRA MARQUES, A.H., dir., – *Nova história de Portugal*, vol. II – *Das invasões germânicas à “Reconquista”*. Lisboa, p. 353-363.

BOISSELLIER, Stéphane (1999) – *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiane de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*. Lisboa.

BOONE, James L. (1992) – *The first two seasons of excavations at Alcaria Longa*. «Arqueologia medieval», n.º 1, p. 51-64.

- (1993) – *The third season of excavations at Alcaria Longa*. «Arqueologia medieval», n.º 3, p. 111-126.
- (1994) – *Uma sociedade tribal no Baixo Alentejo medieval?* «Arqueologia medieval», n.º 4, p. 25-35.
- (2001) – *Tribalism, Ethnicity, and Islamization in the Baixo Alentejo of Portugal. Preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements*. «Era – Arqueologia», n.º 4, p. 104-121.
- (2009) – *Lost Civilisation. The contested islamic past in Spain and Portugal*. Londres, p. 145-149.
- CATARINO, Helena (1997-1998) – *O Algarve oriental durante a ocupação islâmica, al-'Ulyā*, n.º 6, 3 volumes, Loulé.
- CATTEDDU, Isabelle (2009) – *Archéologie médiévale en France. Le premier Moyen Age (V^e-X^e siècle)*. Paris.
- CHAPELOT, Jean, & FOSSIER, Robert (1980) – *Le village et la maison au Moyen Age*. Paris.
- COELHO, António Borges (1972-1975) – *Portugal na Espanha árabe*, 4 volumes. Lisboa.
- CONDE, Manuel Sílvia Alves (2010) – *A casa*. In MATTOSO, José, dir.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos, coord. – *História da vida privada em Portugal*, vol. I – *A Idade Média*. Lisboa, p. 54-77.
- CONDE, Manuel Sílvia Alves & VIEIRA, Marina Afonso (2005) – *A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média. Paisagens rurais e urbanas – Fontes, metodologias, problemáticas, Actas das Primeiras Jornadas*. Lisboa, p. 65-122.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1979) – *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*, sep. da *Revista portuguesa de história*, t. XVII, Coimbra.
- (2000) – *O bispo D. Pedro e a organização da Sé de Braga*, 2.^a ed., 2 tomos, Braga.
- COVANEIRO, Jaquelina & CAVACO, Sandra (2005) – *Casas islâmicas da cerca do convento da Graça – Tavira. Notícia preliminar*. «Arqueologia medieval», n.º 9, p. 77-82.
- DIAS, Jorge (1951) – *Contribution to the study of primitive habitation*. In *Comptes rendus du Congrès International de Géographie, Travaux de la section IV: Géographie humaine et géographie économique*. Lisboa, p. 107-111.
- DOMINGUES, José Garcia (1997) – *O 'Xarajibe' de Silves na poesia, na arte na história, Portugal e o al-Andalus*. Lisboa, p. 153-165.
- FERNANDES, A. de Almeida (1978-1980) – *A nobreza na época vimarano-portugalense (Problemas e relatórios)*. «Revista de Guimarães», vol. 88, p. 249-355; vol. 89, p. 5-106, vol. 90, p. 5-122.
- GAMITO, Teresa Júdice (1991) – *Contribuição da arqueologia para o estudo da evolução urbana de Faro, IV Jornadas arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, p. 19-26.
- (s/d) – *Povoamento rural no Gharb*. In TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, dir. – *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição do Museu Nacional de Arqueologia. p. 143-148.
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén (1967) – *Antecedentes altomedievales del casal galaico-português*. «Revista de etnografia», vol. IX, t. I, p. 105-131.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1999) – *Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII*. In *Del Cantabrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. Santander, p. 15-48.

- GOMES, Ana & SEQUEIRA, Maria José (2001) – *Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva*. «Arqueologia medieval», n.º 7, p. 103-110.
- GOMES, Rosa Varela (1988) – *Cerâmicas islâmicas do castelo de Silves*. «Xelb», n.º 1, Silves.
- (s/d) – *O Barlavento Algarvio nos finais da islamização*. In TORRES, Cláudio & MACIAS, Santiago, dir. – *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 133-142.
- GOMES, Rosa Varela & GOMES, Mário Varela (com. cient.) (2001) – *Palácio almóada da Alcáçova de Silves*, catálogo de exposição do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela, et al., (2001) – *Varcelo, povoado muçulmano na Ponta do Castelo (Aljezur)*. «Almadan», n.º 10, p. 200-201.
- GONÇALVES, Iria (2010) – *O espaço rural*. In MATTOSO, José, dir.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos, coord. – *História da vida privada em Portugal*, vol. I – *A Idade Média*. Lisboa, p. 39-53.
- KRÜGER, Fritz (1947) – *El léxico rural del Noroeste Ibérico*. Madrid.
- LEROI-GOURHAN, André (1984) – *Evolução e técnicas*, vol. II – *O meio e as técnicas*. Lisboa.
- LITOUX, Emmanuel & CARRÉ, Gaël (2008) – *Manoirs médiévaux. Maisons habitées, maisons fortifiées (XII^e-XV^e siècles)*, Paris.
- MACIAS, Santiago (1996) – *Mértola islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova*. Mértola.
- (s/d) – *Casas urbanas e quotidiano no Gharb-al-Ândalus*. In TORRES, Cláudio & MACIAS, Santiago – *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 109-120.
- MARQUES, André Evangelista (2008) – *O casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (960-1200)*. Noia.
- MARQUES, Maria Alegria & SOALHEIRO, João (2009) – *A Corte dos primeiros reis de Portugal. Afonso Henriques. Sancho I. Afonso II*. Gijón.
- MATOS, José Luís de (1971) – *Cerro da Vila, escavações em 1971*. «O Arqueólogo português», vol. V, p. 201-214.
- (1972) – *Cerro da Vila, campanha de trabalhos de 1972*. «O Arqueólogo português», vol. VI, p. 252-262.
- MATTOSO, José (1982) – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval nos séculos XI e XII*. Lisboa.
- (2006) – *D. Afonso Henriques*. Lisboa.
- MELRO, S., et al., (2004) – *S. Clélia, Intervenção arqueológica nas Alcarias dos Guerreiros de Cima. Resultados preliminares*. «Era Arqueologia», b.º 6, p. 62-81.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando (1992) – *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa (1.ª versão, 1959).
- OSÓRIO, Marcos (2008) – *O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII*. In III Congresso de arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, Figueira de Castelo Rodrigo, 15 de Maio de 2006, Actas das sessões, vol. 4 – *Da Idade Média à Contemporaneidade. Ambientes e musealização*, Freixo de Numão, p. 13-21.

- PEIXOTO, Rocha (1995) – *Etnografia portuguesa (Obra etnográfica completa)*, 2.^a ed., Lisboa.
- PESEZ, Jean-Marie (1992) – *Archéologie de la maison paysanne*. In *Villages et villageois au Moyen Age* (Congrès de la Société des Historiens médiévistes, Caen, 1990), Paris, p. 181-192.
- (1998) – *La terre et le bois dans la construction médiévale, Archéologie du village et de la maison rurale au Moyen Âge*. Lyon, p. 73-91.
- (2000) – *Tout ce qu'on sait sur la maison villageoise au Moyen Âge dans l'aire méditerranéenne et tout ce qu'on voudrait savoir*. In BAZZANA, André & HUBERT, Étienne, dir. – *Maisons et espaces domestiques dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*. Roma-Madrid, p. 1-11.
- PIMENTEL, António Filipe (2006) – *A morada da Sabedoria*, vol. I – *O paço real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (1999) – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 2 volumes. Porto.
- (2007) – *Da linhagem ao solar. Algumas reflexões sobre a evolução da nobreza (séculos XII a XIV)*, sep. de *Casa nobre. Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez.
- RIBEIRO, Aquilino (1995) – *Aldeia. Terra, gente e bichos*, reed., Lisboa.
- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco (2008) – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- RIBEIRO, Orlando (s.d. [1979]) – *A civilização do granito no Norte de Portugal (Elementos para o seu estudo) e A civilização do barro no Sul de Portugal (Aspectos e sugestões)*, *Geografia e civilização. Temas portugueses*, 2.^a ed. Lisboa, p. 11-30, 31-51.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (1999) – *Una ciudad de la España cristiana hace mil años. Estampas de la vida en León*, 18.^a ed. Madrid.
- SILVA, José Custódio Vieira da (2002) – *Paços medievais portugueses*. Lisboa.
- SIROT, Élisabeth (2007) – *Noble et forte maison. L'habitat seigneurial dans les campagnes médiévales. Du milieu du XII^e au début du XVI^e siècle*, Paris.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos, dir. (2005) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia histórico*. Lisboa.
- TEICHNER, Félix, & SCHIERL M. A., Thomas (2006) – *Cerro da Vila (Algarve, Portugal). Aldeia do Mar na época islâmica*. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, coord. – *Al-Andalus. Espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais, Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Seminário Internacional, Mértola, 16, 17 e 18 de Maio de 2005*. Mértola, p. 123-139.
- TORRES, Cláudio, (1995) – *Mértola na época islâmica: o espaço doméstico*. In BAZZANA, André & DELAIGUE, Marie-Christine, eds. - *Ethnoarchéologie méditerranéenne*. Madrid, p. 104-119.
- TORRES, Cláudio & MACIAS, Santiago (1998) – *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa.
- VARELA SIEIRA, Xaime (2008) – *Léxico cotián na alta Idade Média de Galicia: a arquitectura civil, Verba*, anexo 62. Santiago de Compostela.
- VASCONCELOS, José Leite de (1983) – *Habitação*. In *Etnografia portuguesa*, vol. VI. Lisboa, p. 151-344 (1.^a ed., 1936).

